

## PUBLICIDADE LEGAL

### Muitos CRIs e CRAs emitidos no 1º tri não se destinavam a imóveis ou agro

A maioria dos CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e dos CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) emitidos no primeiro trimestre deste ano por empresas abertas não tem lastro em companhias dos setores imobiliário ou do agronegócio, conforme exigido no novo regramento do CMN (Conselho Monetário Nacional), aprovado no dia 1º de fevereiro.

Um levantamento recente da TTR Data com 188 séries de CRIs, CRAs e debêntures emitidas nos três primeiros meses de 2024 mostra que R\$ 14,4 bilhões foram levantados por empresas com a emissão de certificados de recebíveis no período.

As maiores operações, porém, não destinavam os recursos para companhias desses dois setores. O advogado Luis Bellini, sócio do escritório Madrona Fialho na área bancária e financeira, ressalta que não dá para afirmar que essas emissões estavam fora do novo regramento.

A lei passou a vigorar no dia em que foi aprovada, mas a data que ela leva em consideração não é a da emissão dos títulos, e, sim, a data de quando o pedido de emissão foi protocolado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) - que pode ocorrer dias ou até meses antes da oferta dos títulos.

Bellini diz que um retrato melhor dos efeitos do novo regramento do CMN sobre a emissão de CRIs e CRAs poderá ser visto no segundo trimestre deste ano. Mas esse cenário levantado pela TTR Data nos meses de janeiro a março expõe a distorção que foi criada com a colocação desses títulos no mercado ao longo do tempo.

O CRI e o CRA são investimentos de renda fixa de médio a longo prazo. Eles são isentos de Imposto de Renda, por isso chamam atenção dos investidores. Esses títulos têm como lastro dívidas dos setores do mercado imobiliário e do agronegócio. Ou seja, na prática, quem investe nesse tipo de aplicação está oferecendo recursos para financiar as duas atividades.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA**  
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 027/2024 – Objeto: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais de construção e elétricos, para o uso de diversas secretarias. Sessão Pública: 27/05/2024, a partir das 09h, através do site <https://bnccompras.com>. Edital e mais informações: site [www.restingaseca.rs.gov.br](http://www.restingaseca.rs.gov.br), fone: (55) 3261-3200, ou à Rua Moisés Cantarelli, 368, CEP 97200-000. Restinga Sêca, 13 de Maio de 2024. PAULO RICARDO SALERNO - Prefeito Municipal.

**HOSPITAL BENEFICENTE DR. CÉSAR SANTOS**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2024 – OBJETO: Aquisição de dietas para terapia nutricional enteral. ABERTURA: 28/05/24 as 9:00 hs nos termos disponíveis nos sites: [www.pmpf.rs.gov.br](http://www.pmpf.rs.gov.br), no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Demais informações pelo e-mail [licitacao02.hbcs@pmpf.rs.gov.br](mailto:licitacao02.hbcs@pmpf.rs.gov.br) ou pelo fone (54) 3316.45.19. Passo Fundo 14 de maio de 2024 - Luis A. Schneiders – Diretor Geral

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUIPE**  
AVISO DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE: P.P. 22/2024 – Registro de Preços Objeto: Contratação De Empresa Para Prestação De Serviços De Pedreiro, Eletrecista, Encanador, Jardineiro E Pintor. Para Uso Em Obras E Reparos A Serem Realizados No Município De Catuipe Abertura: 28/05/2024 AS 09:00H. MODALIDADE: P.P. 24/2024 Objeto: Aquisição De Material De Limpeza Para Diversas Secretarias Abertura: 27/05/2024 AS 09H MODALIDADE: REAGENDAMENTO DE P.P. 19/2024 – Registro de Preços Objeto: Aquisição De Equipamentos De Informática Abertura: 24/05/2024 AS 09:00H. Editais: Rua Osório Ribeiro Nardes 152, 553336-0000. <https://www.catuipe.rs.gov.br>. Catuipe, RS, 14/05/2024. Joelson Antônio Baroni, Prefeito Municipal.

**DEMEI DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ENERGIA DE IJUÍ**  
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO  
EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO  
O Departamento Municipal de Energia de Ijuí – DEMEI, de acordo com a Lei 14.133/2021, torna público aos interessados **A REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 01/2024**, do tipo **MENOR PREÇO** para a Contratação de **Leilão Público Oficial para a prestação de serviços de leilão oficial, visando estabelecer todos os procedimentos e critérios para a alienação de bens imóveis e bens móveis servíveis e inservíveis do DEMEI**, conforme especificações constantes no edital e seus anexos. **A NOVA DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS SERÁ no dia 29 de maio de 2024**, às 08h30min. O novo edital estará à disposição dos interessados gratuitamente através de solicitação ao endereço eletrônico [compras@demei.com.br](mailto:compras@demei.com.br) e nos sites: do Demei - endereço eletrônico [www.demei.com.br](http://www.demei.com.br), e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações complementares poderão ser adquiridas junto ao Setor de Compras deste Departamento, no horário entre 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h, pelo telefone (55) 3331- 7716. Ijuí, 13 de maio de 2024.  
Eliandra Auzani  
Coordenadora de Compras

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA**  
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO  
Pregão Eletrônico nº 029/2024 - Edital de Licitação nº 105/2024  
Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios a serem utilizados quando deles o Município necessitar.  
Data da sessão: 03 de junho de 2024 às 09 horas.  
<https://sistemas.serafinacorrea.rs.gov.br/comprasedital/>  
Pregão Eletrônico nº 028/2024 - Edital de Licitação nº 106/2024  
Objeto: Registro de Preços de eletrodomésticos, a serem adquiridos quando deles o Município necessitar  
Data da sessão: 04 de junho de 2024 às 09 horas.  
<https://sistemas.serafinacorrea.rs.gov.br/comprasedital/>  
Chamamento Público nº 004/2024 - Edital de Licitação nº 107/2024  
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviço de saúde para realização dos procedimentos de alta complexidade Artroplastia de quadril e joelho  
Data de abertura: a partir de 15 de maio de 2024.  
Concorrência Eletrônica nº 010/2024 - Edital de Licitação nº 110/2024  
Objeto: Contratação de empresa especializada sob o regime de empreitada global para serviços de Drenagem Pluvial, Pavimentação em Paralelepípedos, Passeios Públicos e Sinalização Viária das Ruas do Loteamento Popular COOHAL, localizado no Bairro Santin através Convênio nº 943328/2023 Operação nº 1086652-17 e Convênio 947913/2023 e 108219-68 para atender a Convênios com o Ministério das Cidades, com contrapartida do Município  
Data da sessão: 21 de junho de 2024 às 09 horas.  
Os Editais relativos aos objetos destas licitações encontram-se à disposição dos interessados no site oficial [www.serafinacorrea.rs.gov.br](http://www.serafinacorrea.rs.gov.br). Informações também serão prestadas através do endereço eletrônico [licita@serafinacorrea.rs.gov.br](mailto:licita@serafinacorrea.rs.gov.br) ou pessoalmente no Departamento de Licitações no horário das 10:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 15:00 h. Serafina Corrêa, RS, 14 de maio de 2024. Valdir Bianchet - Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA e CONSELHO FISCAL DA FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE LOGÍSTICA E DE TRANSPORTE DE CARGAS NO RIO GRANDE DO SUL – FETRANSUL**  
Pelo presente Edital, faço saber que no dia 14 de junho de 2024, no período das 10:00 às 16:00 horas, na Av. Carlos Gomes nº 651, salas 301 e 302, bairro Auxiliadora, em Porto Alegre/RS, será realizada a eleição para a composição da Diretoria e Conselho Fiscal da FETRANSUL, ficando aberto o prazo de 15 (quinze) dias para o registro das chapas, a contar da data da publicação do aviso do presente Edital. O requerimento acompanhado de todos os documentos exigidos para o registro, será dirigido ao Presidente da Federação em duas vias, podendo ser assinado por qualquer um dos candidatos componentes da chapa e entregues na secretaria da FETRANSUL, à Av. Carlos Gomes, nº 651, salas 301 e 302, bairro Auxiliadora, em Porto Alegre- RS, das 9:00 às 18:00 horas, onde se encontrará à disposição dos interessados, pessoa habilitada para atendimento, prestação de informações concernentes ao processo eleitoral, recebimento de documentação e fornecimento do correspondente recibo.  
Não concorrendo à primeira convocação maioria absoluta de eleitores, ou não obtendo nenhum dos candidatos essa maioria, far-se-á nova eleição no dia 15 de junho de 2024, no mesmo local e horário supra indicados, sendo então considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria dos eleitores presentes. Considerando o colapso provocado pelos eventos climáticos registrados no Rio Grande do Sul na data da publicação do presente edital, especialmente quanto às restrições de locomoção, os eleitores poderão participar do pleito eleitoral de forma virtual através do link <http://eleicao.fetransul.com.br>, mediante login e senha a ser enviada com antecedência a todos os delegados dos Sindicatos filiados, com tecnologia necessária à garantia do sigilo do voto.  
Pelo mesmo motivo supra mencionado e objetivando permitir a ampla divulgação e participação das eleições, cópia do Edital será encaminhada ao endereço eletrônico dos membros do Conselho de Representantes e afixado nas sedes dos SINDICATOS filiados. O registro das chapas poderá ser efetuado por correio eletrônico através do endereço [secretaria@fetransul.com.br](mailto:secretaria@fetransul.com.br), com solicitação de leitura, desde que respeitado o mesmo prazo e horário estabelecido para o registro presencial das chapas. As chapas registradas serão remetidas aos Sindicatos filiados para conhecimento e eventual impugnação.  
Porto Alegre, 14 de maio de 2024.  
Francisco Carlos Gonçalves Cardoso  
Presidente Interino

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**  
AVISO DE SUSPENSÃO  
Pregão Eletrônico Nº 90011/2024 - UASG 90030 Nº Processo: 0007313-16.2023.4. Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no DOU de 10/04/2024. Objeto: Fornecimento de coffee break, em eventos de trabalho, capacitação e treinamento a serem realizados pelo TRF4.  
MARCO ANTONIO ACOSTA PINTO Diretor do Nucont

**SEPRORGS**  
ASSEMBLEIA GERAL  
A Presidente do Sindicato das Empresas de Tecnologia da Informação e Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – SEPRORGS, inscrito no CNPJ nº 91.335.554/0001-03, no uso de suas obrigações, convoca os membros da categoria econômica a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no formato virtual, no dia 28 de maio de 2024, às 11h, para deliberação da seguinte ordem do dia: 1) Andamento das negociações da Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024. As empresas com direito a voto e que tenham interesse de participar da assembleia, deverão encaminhar e-mail com o nome do sócio ou representante legal devidamente autorizado (procuração), até às 17hs do dia 27 de maio de 2024, para [relacionamento@seprorgs.org.br](mailto:relacionamento@seprorgs.org.br), a fim de que seja efetuado o cadastramento prévio e envio do link (Zoom).  
Porto Alegre, 14 de maio de 2024.  
Marice Fronchetti  
Presidente SEPRORGS

**DAE**  
Departamento de Água e Esgotos - Autarquia Municipal  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2024 – SRP  
LICITAÇÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.  
OBJETO: Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes, aditivos para radiador e arla 32 para uso nos veículos do DAE e gasolina comum para uso em equipamentos e maquinários.  
DATA DA ABERTURA: 27/05/2024  
HORA: 09 horas (horário de Brasília – DF)  
LOCAL: no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)  
UASG: 925282 – Departamento de Água e Esgotos de Santana do Livramento – RS.  
Cópia do respectivo Edital poderá ser adquirida no local, pelos sites [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), [dae.santanadolivramento.rs.gov.br](http://dae.santanadolivramento.rs.gov.br) ou ainda solicitado através do e-mail: [dae.licitacao@gmail.com](mailto:dae.licitacao@gmail.com). Mais informações pelo fone (55) 3967-1309, ou ainda pelo ou ainda 3242-4440, ramal 1309.  
Santana do Livramento, 29 de abril de 2024.  
Rafael Pereira Duarte  
Agente de Contratação/Pregoeiro – DAE

**LOJAS QUERO-QUERO S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4  
LJQ3  
B3 LISTED  
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO  
Ficam convocados os Senhores Acionistas da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 21 de maio de 2024, às 9:30 horas, de forma exclusivamente digital, a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: (i) Aprovar a alteração do caput do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, para refletir o aumento do capital social da Companhia, conforme aprovado e homologado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 22 de dezembro de 2023 e 5 de março de 2024, respectivamente; (ii) Aprovar a alteração do parágrafo único do Artigo 8º do Estatuto Social, de forma a refletir o prazo para convocação de assembleia geral de acionistas previsto na Lei das Sociedades por Ações, em razão da alteração decorrente da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021; (iii) Aprovar o ajuste formal na numeração do Artigo 26, Parágrafo 1º do Estatuto Social para Artigo 26, Parágrafo Único; e (iv) Consolidar Estatuto Social da Companhia. O detalhamento das deliberações propostas, e das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar na Assembleia encontram-se na Proposta da Administração divulgada nesta data pela Companhia. Instruções Gerais - Assembleia Digital. A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81") e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração para a Assembleia. Sendo assim, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via sistema eletrônico para participação a distância ("Plataforma Digital"). Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço <https://assembleia.ten.com.br/203534922>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 19 de maio de 2024, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme abaixo indicado:

Documentação a ser encaminhada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundos de Investimento
Comprovante de titularidade das suas ações emitido por central depositária ou pelo agente escriturador	X	X	X
Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (1)	X	X	X
Estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (2)	-	X	X
Regulamento consolidado do fundo (2)	-	-	X

(1) Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida.

(2) Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. Os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos para a língua portuguesa, exceto os documentos elaborados em inglês ou espanhol. Ainda, a Companhia informa que não serão exigidos autenticações de cópias, reconhecimento de firma, notariação ou consularização/apostilamento. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, assim como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, incluindo orientações de acesso à Plataforma Digital, estão descritas na Proposta da Administração disponível nos endereços eletrônicos detalhados no penúltimo parágrafo deste Edital de Segunda Convocação. A Companhia também dispõe abaixo as regras e instruções para participação na Assembleia via Plataforma Digital, sem prejuízo da necessidade dos acionistas de lerem integralmente as regras de participação dispostas na Proposta da Administração. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à videoconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. A Companhia ressalta que os acionistas que enviarem o boletim de voto a distância disponibilizado por ocasião da primeira convocação da Assembleia e optarem expressamente por ter as suas instruções de voto consideradas em caso de realização de uma segunda convocação serão considerados presentes à Assembleia, e terão tais instruções de voto consideradas na votação das matérias que constam da ordem do dia. A Companhia informa que se encontram a disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.quero-quero.com.br>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), o presente Edital de Segunda Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela RCVM 81 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia. Os eventuais documentos ou propostas, declarações de voto, protestos ou dissidências sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentadas no dia da Assembleia, por escrito, à Mesa da Assembleia, que, para esse fim, será representada pelo(a) Secretário(a) da Assembleia.  
Cachoeirinha, 13 de maio de 2024.  
Flávio Benício Jansen Ferreira - Presidente do Conselho de Administração

**Prefeitura Municipal de Farroupilha**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 73/2024

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, pelo sistema de registro de preços, de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social, para eventual e futura aquisição.

Data da Sessão: 29/05/2024 às 08h30min.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2024

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de artigos de vestuário para os Agentes Comunitários de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da Sessão: 03/06/2024 às 08h30min. Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou através do Portal da Transparência no site: [www.farroupilha.rs.gov.br](http://www.farroupilha.rs.gov.br).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM PEDRO DE ALCÂNTARA****Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 15/2024**

Processo Administrativo 591/2024. Tipo menor preço por item. Objeto: aquisição de material mineral - Bica corrida, para aplicação nas estradas públicas municipais e nas estradas de escoamento de produção. **Abertura: 27/05/2024 às 09h30**. Edital e informações, poderão ser obtidos no setor de licitações pelo fone (51) 3664-0011, Ramal 215 das 09 às 17h, de segunda à sexta feira, pelo site: [www.dompedrodealcantara.rs.gov.br](http://www.dompedrodealcantara.rs.gov.br) ou [licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br](mailto:licitacao@dompedrodealcantara.rs.gov.br). Dom Pedro de Alcântara, 13/05/2024. **Alexandre Model Evaldt** - Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GLORINHA****AVISO DE LICITAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024**

Edital de Chamada Pública Nº 001/2024. Objeto: Aquisição de alimentos perecíveis da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Abertura dia 04/06/2024 às 09h**, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Edital disponível em [www.glorinha.rs.gov.br](http://www.glorinha.rs.gov.br). Informações, de 2ª à 6ª, das 8h às 12h e das 13h às 17h, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone nº 0xx51 3487-1020, pelo e-mail [compraslicitacoes@glorinha.rs.gov.br](mailto:compraslicitacoes@glorinha.rs.gov.br). Glorinha, 14 de maio de 2024. **Paulo José Silveira Correa** - Prefeito Municipal

**Prefeitura de Amaral Ferrador****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024**

Objeto: Contratação de empresas para transporte escolar. Sessão pública no dia 28/5/2024, às 9h, no portal: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Os editais estarão disponíveis no site: [www.amaralferrador.rs.gov.br](http://www.amaralferrador.rs.gov.br). Informações e-mail: [licitacon@amaralferrador.rs.gov.br](mailto:licitacon@amaralferrador.rs.gov.br), fone: (51) 3670-1800.

Amaral Ferrador/RS, 14 de maio de 2024.

**Nataniel Satiro do Val Candia**  
Prefeito Municipal**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALENTIM**

EXTRATO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA

O Prefeito de São Valentim, Estado do Rio Grande do Sul, torna público aos interessados que fará licitação, modalidade Concorrência Presencial nº. 004/2024, do tipo menor preço, para contratação de empresa para execução de obra de pavimentação asfáltica em vias urbanas, conforme descrição detalhada no edital, com abertura dos envelopes de habilitação e de proposta de preço, pela Comissão de Licitação, no dia 29 de maio de 2024, às 09 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, localizada no Centro Administrativo, Praça Presidente Tancredo de Almeida Neves nº 30. O inteiro teor do edital encontra-se afixado no Painel de Publicação de Atos Oficiais do Município. Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário de expediente, no Setor de Licitações ou pelos telefones (054) 3373-1206/3373-1224, Ramal 238. SÃO VALENTIM, 13 DE MAIO DE 2024.

**CLAUDIMIR PANIZ** - Prefeito Municipal**MUNICÍPIO DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS - RS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Concorrência Nº09/2024-Forma Presencial

Objeto: Contratação de Empresa para Obra Global de Ampliação da UBS-Vanessa Sabrina Schneider.

Abertura: 28/05/2024 – 8 horas.

O edital está disponível no site [www.lagoa3cantos.rs.gov.br](http://www.lagoa3cantos.rs.gov.br). Maiores informações pelo telefone (54)-3392.1082 ou 1083

Lagoa dos Três Cantos/RS, 13.05.2024

**SERGIO ANTONIO LASCH**

Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LIBERATO SALZANO****AVISO DE LICITAÇÕES**

O Município de Liberato Salzano TORNA PÚBLICO a realização dos seguintes editais:

**Pregão Eletrônico nº 09/2024.** Objeto: Aquisição de Mudanças destinadas a Secretaria M. de Agricultura do município de Liberato Salzano/RS, conforme Consulta Popular nº 2021/2022, FPE nº 1342/2023, CDTV nº 0864/2023, conforme processo 22/1300.0001453.0. A sessão virtual do processo licitatório será realizada no seguinte endereço: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), no dia 28/05/2024, às 09:00 horas, podendo as propostas e os documentos serem enviados até às 08:00 horas, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

Mais informações pelo telefone (55) 3755-1133, a íntegra dos editais encontra-se no Site Oficial [www.liberatosalzano.rs.gov.br](http://www.liberatosalzano.rs.gov.br), no portal do sistema BLL e Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP.

**Juliane Pensin** - Prefeita Municipal

Estado do Rio Grande do Sul

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**

O Município de SÃO FRANCISCO DE PAULA torna público que está procedendo a **PUBLICAÇÃO DO SEGUINTE PROCESSO LICITATÓRIO: Licitação nº 27/2024, PE nº 22/2024** – Data de abertura: 29/05/2024, às 09h30min – Aquisição de equipamentos para geração híbrida de energia fotovoltaica. As sessões serão realizadas através do Portal de Compras Públicas, no link: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Informações disponíveis no site: [www.saofranciscodepaula.rs.gov.br](http://www.saofranciscodepaula.rs.gov.br). 14 de maio de 2024. **Marcos André Aguzzolli**, Prefeito.

**Prefeitura Municipal de Cristal do Sul**

RETIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2024

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de coleta, transporte, processamento e encaminhamento para tratamento e destinação final e licenciada dos resíduos de serviço de saúde (RSS) - grupos A, B e E, para o Município. Propostas: 27/05/2024 às 07:59. Sessão de disputa: 27/05/2024 às 8h, no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Informações e Edital na Sec. Mun. da Administração, das 07:30 às 11:30 e 13 às 17h, fone/whatsapp: (55) 3616-2215 ou [compraslicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br](mailto:compraslicitacoes@cristaldosul.rs.gov.br). Cristal do Sul – RS, 13 de maio de 2024.

**Otello Reis Da Silva** - Prefeito Municipal**Prefeitura Municipal de Bom Princípio**

RETIFICAÇÃO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2024

O Prefeito Municipal torna público que houveram alterações no termo de referência, bem como data para recebimento de envelopes de proposta e documentação, que ocorrerá dia 29/05/2024, às 9h. Objeto: Contratação de empresa, sob regime de empreitada global, com julgamento pelo menor preço global, para a elaboração de projeto de micro drenagem urbana. Edital e informações junto à Comissão de Licitações na Prefeitura, [gestao@bomprincípio.rs.gov.br](mailto:gestao@bomprincípio.rs.gov.br) ou [www.bomprincípio.rs.gov.br](http://www.bomprincípio.rs.gov.br). Bom Princípio, 13 de maio de 2024. **FÁBIO PERSCH**, Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Mormaço**

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº01/2024

Extrato de processo gerado automaticamente pelo Portal de Compras Públicas. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de capeamento asfáltico em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) sobre calçamento em paralelepípedo existente em via implantada no Município de Mormaço, sito à Av. Willibaldo Koenig, Bairro Centro. Data início das propostas: 14/05/2024 - 08:00 Data final das propostas: 29/05/2024 - 08:55 Data de abertura das propostas: 29/05/2024 - 09:00. Tipo de Julgamento: Menor Preço Global. Modo de disputa: Aberto. Valor total do processo: R\$ 1.480.700,87. Informações: 54-3393-1065 das 8:00 as 17:00hs, na Secretaria Municipal da Fazenda, [www.mormacos.com.br](http://www.mormacos.com.br), onde o Edital encontra-se a disposição dos interessados. Mormaço-RS, 14 de maio de 2024. **Rodrigo Jacoby Trindade**, Prefeito.

# NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

## Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



SLC PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ 09.522.921/0001-07 - AV. DR. NILO PEÇANHA, 2900 - 14º ANDAR - CEP 91.330-001 - PORTO ALEGRE-RS - FONE: (51) 3230-7700

www.slc.com.br

Srs. Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias submetemos à consideração de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A DIRETORIA As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos Patrimoniais 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A SLC Participações S.A. e suas controladas ("Companhia" ou "Grupo") têm como objeto social: a participação em outras sociedades ou empreendimentos comerciais, imobiliários, industriais, agrícolas e financeiros; a prestação de assistência técnica, administrativa, operacional e financeira às subsidiárias coligadas; a representação comercial, o comércio, a importação e exportação de máquinas agrícolas e equipamentos industriais. A Companhia está sediada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Agrícola S.A., para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas a: volume de produtividade, rentabilidade, custos necessários para colheita em condições de venda, preços e taxa de desconto. O valor justo dos ativos biológicos é determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado considerando basicamente: (a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada (hectares plantados multiplicados pela estimativa de produtividade), e do (ii) preço de mercado/preços vendidos. (b) Saídas de caixa representadas pelo custo total de produção para a safra tais como: (i) sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada às culturas. Com base na estimativa de receitas e custos, a controlada SLC Agrícola S.A. determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes montantes a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a conta "variação do valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo considera certas estimativas, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. d) Investimentos (Controladora): Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme o CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; • Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis; • Quaisquer outros custos para colocar os ativos nos locais e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. Custos subsequentes: Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Os ativos terras e terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Descrição Taxa anual de depreciação

desse títulos com características de risco similares. O CPC 48 exige que a Companhia e suas controladas realizem uma avaliação de risco de perdas esperadas em créditos, avaliando o crédito junto à contraparte e registre os efeitos quando houver indícios de perdas. A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos financeiros e estabeleceram os valores encontrados como imateriais. Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. g) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Os Governos dos Estados de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Decreto nº 9.716/99, de Mato Grosso, por intermédio da Lei 6883/97 e de Goiás, através da Lei Estadual nº 13.506/99, concederam incentivos de créditos presumidos de ICMS nas operações com algodão em pluma, com redução no valor do ICMS a recolher de 70% a 75% através da adesão da Fazenda Planalto ao programa PDAGRO (Mato Grosso do Sul), das Fazendas Paiaguás e Planorte ao PROALMAT da Fazenda Pamplona ao programa PROALGO (Goiás). O Estado de Mato Grosso concedeu crédito presumido de 75% do ICMS nas vendas de algodão em pluma, caroço de algodão e fíbriha. Ao optar por estes programas, a empresa fica impedida de apropriar créditos pelas aquisições de matéria prima, insumos e ativo imobilizado. Os créditos presumidos são registrados no resultado na rubrica de impostos sobre vendas em contrapartida à rubrica de impostos a recuperar. Como exigências para participação nestes programas de incentivos a Companhia deve fazer a opção junto as Secretarias Estaduais, abdicar dos créditos de ICMS a que teria direito pelas aquisições de insumos, matéria prima e ativo imobilizado, prestar informações acessórias a respeito desta renúncia fiscal e recolher PDAGRO ao Estado do Mato Grosso do Sul. h) Impostos: Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos anteriores e base negativa de contribuição social, que para a atividade rural de até 100% do lucro real anual e nas demais atividades está limitada a 30% do lucro real anual. Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente, são calculados pelo regime de caixa, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base de presunção excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre a base de presunção para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das

continua

**SLC PARTICIPAÇÕES S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 e 2022** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) continuação

demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas, se aplicável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **Impostos sobre vendas:** Receitas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não foram recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	0% a 17%
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	0% a 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0% a 1,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%
Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural	0,25% a 2,05%

Na demonstração de resultado as vendas são apresentadas líquidas destes impostos. **i) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e empréstimos, fornecedores e arrendamentos, títulos a pagar e outras contas a pagar. **Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge:** A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros de proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das

taxas de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados; ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfizes a definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado. No momento da designação inicial do hedge, o Grupo formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de hedge. O Grupo avalia, se os objetos de hedge previstos ou contratados permanecem no mesmo montante e período de vigência do instrumento de hedge. Adicionalmente é feito o acompanhamento continuamente para verificar se existe uma expectativa que os instrumentos de hedge sejam eficazes na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge durante o exercício para o qual o hedge é designado. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo. **Hedges de fluxos de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge em uma proteção (hedge) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Quando o item sujeito a hedge é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (hedge) afetam o resultado, na mesma linha na demonstração de resultados como item objeto de hedge. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo possuía operações classificadas na categoria de hedge de fluxo de caixa. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **Provisões para riscos tributários, civis, ambientais e trabalhistas:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **k) Pagamento baseado em ações:** A controlada SLC Agrícola S.A. possui Plano de Opções de Ações e Plano de Ações Restritas para diretores e gerentes, sob a administração de um comitê gestor, criado pelo Conselho da Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a controlada SLC Agrícola S.A. mensurou e reconheceu estes benefícios como despesa de acordo com o CPC 10 (R1). O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido da controlada SLC Agrícola S.A., pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais. **l) Lucro líquido por ação:** O cálculo do lucro líquido por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pelo número de ações ordinárias ao final do exercício, conforme previsto na legislação societária. **m) Benefícios a empregados:** Benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia e suas controladas incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opção de ações e de ações restritas para diretores e gerentes. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **n) Demonstrações dos fluxos de caixa:** O Grupo elaborou demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas com base no CPC 03 (R2). Demonstrações dos Fluxos de Caixa, utilizando o método indireto. **o) Operações de arrendamento:** As controladas reconhecem o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. Os principais contratos se referem a operações de arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de aldeioleiras, maquinários, veículos e imóveis. A administração das controladas considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. Cabe destacar que os contratos de arrendamento de terra são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade de produção, sendo os valores do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento convertidos para Reais utilizando-se a cotação da soja em cada região. Os valores dos pagamentos podem sofrer variação significativa até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado de soja em cada região. **p) Combinação de negócios e ágio:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

**4. Eventos subsequentes:** a) Incêndio no galpão de armazenamento de algodão da Fazenda Panorama da Controlada SLC Agrícola S.A.: Conforme fato relevante divulgado pela controlada SLC Agrícola S.A., no dia 02 de janeiro de 2024 ocorreu um incêndio no galpão de armazenamento de algodão da Fazenda Panorama, na Bahia. O sinistro causou a perda de 1.100 toneladas de algodão, com custo de R\$ 7.059, estoque de outros materiais no valor de R\$ 1.495, além de danos na infraestrutura e equipamentos do citado galpão, cujos valores exatos serão conhecidos quando forem reparados. Estima-se que o custo total do sinistro possa chegar a R\$ 24.000. A controlada possui seguro patrimonial com coberturas do estoque e da infraestrutura sinistrados, com franquia de 20% dos danos a serem indenizados. b) Adiantamento para futuro aumento de capital na controlada SLC Máquinas Ltda.: Em janeiro de 2024 a SLC Máquinas Ltda. recebeu da Companhia o montante de R\$110.000 a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O AFAC tem como objetivo a utilização para financiamento das atividades de capital de giro da controlada.

Diretoria		
Eduardo Silva Logemann	Jorge Luiz Silva Logemann	Airton Luiz Fleck
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor de Controladoria

Contador	
Airton Luiz Fleck - Técnico Contábil	
CRC/RS 37.296	

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis estão disponíveis eletronicamente no endereço:

<https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>

O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 23 de abril de 2024.

**ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC/SP-015199/F**  
Arthur Ramos Arruda - Contador CRC/RS - 096102/O

# JC Logística

Nº 30 - Ano 20 Porto Alegre, terça-feira, 21 de março de 2023

Minuto Varejo

## Setor de medicamentos multiplica CDs no RS

**Viveo e as farmácias Panvel e São João montaram novas estruturas para atender mercado**

Patricia Comunello [patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br](mailto:patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br)

Em menos de um mês, o Rio Grande do Sul ganhará três estruturas turbinadas para armazenamento e distribuição de produtos ligados ao setor farmacêutico, com foco em abastecimento do varejo de farmácias e hospitais. Já estão operando as unidades da Viveo, que reúne fabricantes que abastecem unidades hospitalares, em Nova Santa Rita, e a ampliação do centro de distribuição (CD) da Panvel, em Eldorado do Sul. Para fechar a lista, a Farmácias São João inaugura o maior CD em Gravataí no dia 30 de março.

As três unidades somam aportes de quase R\$ 250 milhões. A São João, com sede em Passo Fundo e quarta maior rede do setor no Brasil, lidera em tamanho e volume de investimento. O mega CD, às margens da BR-290 (free-way), no sentido Capital-Litoral, custou R\$ 205 milhões, segundo o presidente da rede, Pedro Henrique Brainer. "Será um dos mais modernos do Sul do Brasil e tudo automatizado". Para a marca, a nova operação, segundo CD do grupo - o outro fica em Passo Fundo -, vai reforçar a logística para abastecer filiais na Região Metropolitana e Fronteira. A rede também chegará no mesmo dia da estreia do CD a mil lojas. Neste ano, pretende bater em R\$ 7 bilhões de faturamento.

A Panvel terá o segundo maior aporte, com R\$ 30 milhões injetados na expansão do CD em Eldorado do Sul, sede do grupo, segundo o Sul do Brasil. A estrutura foi duplicada, depois de ser implantada em 2014. São mais 21 mil metros quadrados e capacidade de separação de 1 milhão de itens por dia, quando toda a capacidade estiver sendo usada, projeta a direção do grupo gaúcho. O CD expandido vai lastrear a meta da marca de dobrar de tamanho até 2025.

O diretor de Logística da Pan-

# >> CADERNO

# JC LOGÍSTICA.

# TODA TERÇA,

# NO SEU JC.

O Jornal de economia e negócios do RS

Coimbra destaca a importância da ampliação do Centro de Distribuição do Grupo Panvel na cidade de Eldorado do Sul

Farmácias São João investiu R\$ 205 milhões no mega CD às margens da BR-290, em Gravataí

**Viveo investe R\$ 12 milhões em instalação em parque em Nova Santa Rita**

Em Nova Santa Rita, a Viveo, da DNA Capital e a Viveo, empresas que atuam com fabricação e distribuição de materiais e medicamentos em todo o País, já opera desde o começo de março em área dentro do 3SB, um dos maiores parques logísticos gaúchos e onde fica o CD da Amazon. A operação perdeu recentemente a operação do BIG, em supermercados, hoje do grupo Carrefour. A Viveo investiu cerca de R\$ 12 milhões na montagem do espaço, com 7,2 mil metros quadrados, um dos maiores da companhia e com capacidade para movimentar mais de 500 mil volumes por mês. O CD gerou 60 empregos na região. "Além de fazer a distribuição de medicamentos e materiais, a Viveo poderá ser o parceiro estratégico para armazenagem externa dos hospitais da região, aproveitando a entrega rápida diária", diz Villeon Jacinto, diretor de Supply Chain da empresa, em nota. A Viveo tem 20 CDs pelo País e mais de 6,5 mil funcionários. A unidade gaúcha reduzirá o tempo das entregas no Rio Grande do Sul e no litoral de Santa Catarina.

Ligue e assine 51 32131313  
ou acesse [www.jornaldocomercio.com](http://www.jornaldocomercio.com)